

Governar: uma leitura psicanalítica

To govern: a psychoanalytic reading

Gobernar: una lectura psicoanalítica

Gouverner: une lecture psychanalytique

GEOVANE DOS SANTOS DA ROCHA

NICOLE PINHO GHIDINI

PAULA KARINE DE LIMA

MICHAELLA CARLA LAURINDO

O presente estudo realiza uma análise do ato de governar na perspectiva psicanalítica. Para tanto, utiliza revisão bibliográfica de obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan. A psicanálise, tratando-se de uma práxis, possibilita uma interpretação das ambivalências do desenvolvimento civilizatório: por um lado, a disposição do homem à agressividade e, por outro, o sentimento de pertencimento a grupos e recalque das pulsões para a elaboração de laços sociais. Por meio disso, foi possível analisar os modos de operação e o embasamento ideológico do governar, bem como discutir o desenvolvimento civilizatório com base nas relações entre o *agente* e o *outro* do laço social.

Palavras-chave: Governar. Pulsão. Social. Psicanálise.

Partindo da premissa de que o ser humano é regido pela linguagem, sendo, portanto, um ser social, não se torna novidade que umas de suas principais fontes de sofrimento se caracterize pelo estabelecimento de laços sociais. A formação de civilizações, marcada pela vida grupal, traz inerentemente consigo sensações de mal-estar oriundas dos sacrifícios impostos ao homem – sobretudo restrições às pulsões sexuais e agressivas. Portanto, a vida em sociedade fez com que o homem trocasse uma quantia de satisfação por uma quantia de segurança, ou seja, o homem civilizado perdeu liberdade para ganhar segurança.

Por ser atravessado pela linguagem, o homem se reconhece a partir da imagem do outro e estabelece laços sociais ao se encontrar e se relacionar com qualquer pessoa. Tais laços podem ser expressos por meio dos atos de governar, educar, fazer desejar e psicanalisar. Tais discursos do laço social demonstram grande complexidade, estando eles relacionados a formas de satisfação pulsional. Nessa perspectiva, uma das formas de aparelhar o gozo, tornando-o possível, acontece nos atos de exercício de governo. Em tais circunstâncias, o agente do laço social se relaciona com o outro com o objetivo de dominá-lo, influenciá-lo ou obter dele produtos específicos.

O estudo que se segue propõe-se à pesquisa e à discussão do ato de governar, um dos ofícios do impossível para a psicanálise. Utilizar-se-á, para tanto, de revisão bibliográfica das obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, bem como de comentadores do alicerce teórico daqueles. Iniciar-se-á a discussão com uma elucidação do ato de governar, abrangendo as particularidades da vida grupal e seu papel na história da humanidade. Além do mais, serão abarcados conceitos – devido às suas características de elementos estruturantes da civilização – como supereu e discursos do laço social. Posteriormente, será dado destaque ao conceito de pulsão e, em decorrência, à pulsão de morte. Tal elemento é conhecido por se enquadrar como um dos conceitos fundamentais da psicanálise e, portanto, essencial para a compreensão do sujeito do inconsciente e da vida em sociedade.

O ato de governar

Desde tempos imemoriais, a vida em grupo se faz presente na história da humanidade. Divergindo nos modos organizativos e nos aspectos culturais, o agrupamento em sociedade tem sido empregado por inúmeras civilizações como uma condição necessária e indispensável para a vida. Ao longo do desenvolvimento histórico,

as formas de se organizar em grupo – com leis, hábitos etc. – se tornaram mais complexas: de um simples acúmulo de pessoas com regras implícitas a sociedades regradas por atos legislativos e comportamentos cabíveis prescritos. Contudo, a espécie *homo sapiens* não se apresenta como a única com vida grupal e elevado grau de organização. Formigas e abelhas, dentro desse aspecto, sobressaem-se como exemplos de “espécies sociais” com avultado nível de dependência e hierarquia.

Entretanto, deve-se considerar o homem – em contraponto aos animais – como um ser social atravessado pela linguagem. De tal modo, impõem-se a ele exigências e estímulos de graus muito mais sofisticados e elevados. Freud (1915) denomina tais estímulos como *pulsões* e os conceitua como representantes psíquicos da ligação entre a psique e o somático. Oriundas do interior do corpo, as pulsões alcançam a mente para a incitação de atividades – deveras complexas – que possibilitem a saciação de estimulações. Por hora, tal introdução sobre o aspecto pulsional será suficiente, embora posteriormente um aprofundamento colocar-se-á como necessário.

Isso posto, concebe-se que a vida do homem em sociedade exhibe elementos complexos e articulados – devido à capacidade de representação mental. As formas de se exercer governo despontam aqui como elementos centrais escolhidos para discussão à luz do pensamento psicanalítico. Freud (1937), sobre o aspecto de normatização social, aponta em *Análise terminável e interminável* o ato de *governar* como sendo um dos ofícios do impossível, juntamente com o ato de *educar* e de *curar*. Não se trata aqui de uma ação impraticável, sem possibilidade de realização, mas de um ato inatingível, inalcançável em seu fim. Como fazer com que todos os integrantes do grupo estejam em total consonância e acordo? Como eliminar toda e qualquer mazela social? O conflito com aquele que exerce poder aparece como intrínseco à sociedade. Assim, a prática de governo e o exercício da política são estruturantes do modo do homem viver em civilização, mas não constituem simples tarefas.

Para que o ato de governar seja possível, há utilização da força grupal para o controle individual. Como destacado por Freud (1930), a maioria mais forte permanece agrupada – em sociedade – contra o sujeito isolado. Substitui-se o poder individual pelo poder comunitário, sendo constituído neste processo a vida em civilização. Os governados, mesmo em maior número, não se unem contra os poucos que exercem controle, como se houvesse uma cultura restritiva internalizada. Considera-se existir, em

observação ao destacado, certa tendência humana para o estabelecimento de relações de domínio e servidão.

Nesse enquadramento, criam-se leis para que governantes – quantitativamente em desvantagem em relação aos governados – exerçam poder sobre os demais, barrando e oprimindo determinadas formas de satisfação. Tal aspecto desempenha, de acordo com Freud (1930) a essência da civilização: restrição de possibilidades de satisfação em favorecimento à vida em grupo. Isso parece ser

[...] o mais importante de tudo -, é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia à pulsão, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de pulsões poderosas (FREUD, 1930, p. 105, tradução modificada¹).

O homem civilizado, portanto, troca uma quantia de satisfação por uma quantia de segurança – renuncia-se, por exemplo, a utilização de outros seres humanos como objetos puramente sexuais ou de modo fatal. Dito de outro modo, viver em sociedade provoca uma perda de liberdade para ganhos secundários – como a proximidade e/ou permanência com amados (filhos, parceiro sexual, amigos, entre outros) e a facilidade adquirida para o exercício de atividades laborais.

Nesse sentido, ao se debruçar sobre a psicologia de grupos, Freud (1921) destaca que o sujeito, posto sob influência simultânea de um grande número de pessoas, passa a agir de acordo com o que ele chama de *pulsão social*. O homem se organiza em sociedade e, conseqüentemente, em grupos, por achar-se ligado e identificado aos demais membros. Há, assim, uma espécie de alienação ao grupo que pode fazer com que o sujeito vá contra sua própria subjetividade, pois há uma satisfação no *pertencer*. Em outras palavras, abre-se mão da satisfação pulsional individual em nome da satisfação por afiliar-se a um grupo.

Essa pulsão social só vem à tona na condição do sujeito colocado em um grupo e, por isso, não se caracteriza como uma pulsão primitiva, mas uma estimulação que tem sua origem, principalmente, na formação familiar. A formação grupal produz fenômenos mentais diferentes dos quais os que se apresentariam isoladamente. É como se o grupo se

¹ A Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, da editora Imago, apresenta tradução inadequada de James Strachey sobre o termo *Trieb*. Em suas obras, Freud utiliza o termo *Instinkt* para referir-se ao *instinto* e *Trieb* para aludir à *pulsão*, contudo, a referida tradução não apresenta diferenciação destes dois conceitos essencialmente divergentes. De tal maneira, este artigo procederá com tradução modificada quando necessário ao entendimento das ideias freudianas.

tornasse um novo ser, que pensa, age e sente de maneira única, com características muito diferentes quando comparadas a características individuais de cada membro. Isso, porque, no momento em que o sujeito é colocado sob condições de uma segurança proporcionada pelo grupo, permite-se a apresentação de manifestações inconscientes, as quais, sozinho, não apresentaria (FREUD, 1921).

Freud (1921) afirma que para que um grupo se organize, faz-se necessário uma posição dos membros sob condição de influência a um chefe, pois aqueles não conseguiriam sobreviver sem a presença de um senhor. De tal maneira, parece haver um anseio – no grupo – por obediência, que ocasiona submissão a um líder. Ideias originadas e propagadas por esse último são seguidas, em alguns casos, fanaticamente pelos membros do grupo. Percebe-se, assim, um domínio das ideias – investidas de fé – propagadas pelo líder grupal, bem como dominância deste sobre os membros do meio coletivo – que enche os sujeitos de admiração e respeito. Fica claro, com base no exposto, que não há grupo sem líder, assim como não há sociedade sem governante.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913) descreve as restrições que sujeitos na cultura totêmica auto impuseram-se para conservar a existência do grupo, bem como as consequências àqueles que violaram as leis existentes. Destaca-se, dentre tais restrições, o pai primevo – detentor de todas as formas de satisfação – morto pelos filhos transgressores no momento em que estes perceberam que o conjunto pode se sobressair ao individual. O pai assassinado, contudo, permaneceu vivo como totem, um símbolo da não renúncia ao todo pulsional (satisfação). Percebe-se, assim, a instituição de leis como uma forma de controle das pulsões sexuais, agressivas externadas e de autodestruição do homem, além de se tratar de uma modalidade de exercício de poder.

O *supereu*, instância cujo papel é julgar o *eu* – de acordo com Chemama (1995) –, surge a partir da referida interdição e do estabelecimento de leis. Com tal instância, Freud (1923) relata a instauração de uma autoridade interior que exerce observação, não sendo estritamente necessária vigia externa ao sujeito devido à existência de uma consciência moral. Certas inibições e o sentimento de culpa são considerados, nessa lógica, como produtos do *supereu*. Além disso, a referida instância corrobora com o exercício de obediência por parte do sujeito a autoridades e códigos de normas, pois há a presença de uma lei internalizada que pune e observa atentamente.

Os aspectos destacados fazem com que Freud (1930, p. 140) considere a culpa como “o mais importante problema no desenvolvimento da civilização”: há perda de

felicidade e, como consequência, intensificação do referido sentimento. Essa seria uma parcela do preço pago pelo avanço em termos de civilização: uma *angústia social* que possui relação com o medo da perda de amor.

Pode-se destacar a religião, nesse panorama, como uma das principais instâncias que vai além na observação individual do cumprimento de normas. As crenças religiosas alimentam constantemente o medo de uma consciência em que, como relata Freud (1930), julga e iguala más intenções às más práticas e ações. Nessa lógica, somente um vislumbrar do conflito com a autoridade e com a lei seria suficiente para desencadear remorso, culpa e, inclusive, necessidade de punição. Existe, de tal maneira, forte convergência entre a consciência vigilante e a renúncia à pulsão, tendo a religião desempenhado papel fundamental² nesta correlação durante a história da humanidade.

Freud (1921) já havia discutido a religião, em *Psicologia dos grupos e análise do eu*, ao destacar a Igreja e o Exército como os principais grupos artificiais que exercem influência sobre a civilização. Assim como na religião, o exército coloca o sujeito em posição de renúncia à pulsão, estabelecendo normas, sentimento de vigia e punição. Nesses dois, há a presença de um chefe que ama – de forma igual – todos os integrantes do grupo. Em tal aspecto, colocam o líder como um substituto do pai e, em decorrência, os outros se tornam seus irmãos. Dito em outras palavras, é como se os membros do grupo colocassem os líderes no lugar de seu *eu ideal*³. Isso faz com que os sujeitos queiram ser como os chefes, o que explica a costumeira devoção e assujeitamento.

Nesse sentido, Freud (1921) pontua que há uma falta de liberdade do sujeito nos grupos da religião e do exército. Isso, porque ele está preso a um laço libidinal tão intenso ao líder – ou à sua ideia dominante – que acaba renunciando à sua individualidade em nome desse ideal. Assim, considerando o laço libidinal a essência dos grupos, é fato que caso os grupos em destaque viessem a ser dizimados – interrompendo os laços libidinais –, os integrantes tomar-se-iam de intenso medo, uma vez que não haveria mais proteção por parte do líder. Isso explica o fato de esses grupos manter-se tão unidos até hoje: sem eles, a civilização se perderia, pois precisa de uma figura que os governe.

² O papel desempenhado pela religião não é a de causadora do recalque e da culpa advinda do *supereu*, mas a de relevante mantenedora de tais fenômenos. A religião retira do recalque e da culpa sua ‘força’ – de forma semelhante à necessidade do ‘pai poderoso/A’ – para manter a alienação.

³ De acordo com Chemama (1995), *eu ideal* referencia uma formação psíquica representativa do primeiro esboço do *eu* que foi objeto das primeiras satisfações narcísicas. O *eu ideal*, juntamente com o *ideal do eu*, apresenta funções de censura e idealização.

As consequências do encerramento dos laços libidinais dos grupos religiosos seriam, com base em Freud (1921), ainda piores. Isso, porque os impulsos cruéis e hostis, barrados anteriormente pelo amor equânime de Cristo [e/ou do governante], os fariam reaparecer. Aqui, fica clara a dominação que grandes grupos exercem sobre seus membros: há uma renúncia às pulsões em nome do laço libidinal formado no grupo. Dentre os elementos que merecem e/ou necessitam de maior vigia, encontram-se aqueles relacionados à agressividade e à sexualidade. As pulsões de cunho agressivo merecem destaque especial – temática que será apresentada mais adiante. No que tange às restrições de cunho sexual, Freud (1930, p. 111) considera que:

A exigência [...] de que haja um tipo único de vida sexual para todos, não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça.

Diversas civilizações adotaram – e ainda adotam, ao considerar as atuais – maneiras de restringir a vida sexual, muitas vezes idealizando uma maneira única de se obter satisfação. Freud (1913), ao analisar povos antigos e/ou afastados da civilização predominante, elenca algumas dessas restrições: proibição de relações incestuosas, rituais para limitar o contato entre sogros (as) e genros (noras), impedimento matrimonial, etc. Na contemporaneidade, tais práticas são evidenciadas pela proibição da poligamia, contenção de relações não heterossexuais, utilização de vestes que ocultem ao menos parcialmente a visualização do corpo humano, negação da sexualidade infantil, entre outros. Para haver cumprimento de tais restrições, criam-se leis, costumes e tabus. É interessante como as restrições sempre parecem se impor aos objetos de desejo [inconfessáveis conscientemente].

Quando não há cumprimento de tais normas – evidenciadas pela moralidade ou por códigos de leis –, tornam-se comuns práticas de intolerância e exclusão, principalmente para com aqueles que não estão inclusos no meio, ou seja, aqueles que pensam/agem de modo diferente, os *violadores*. De tal modo, identifica-se o dispêndio de práticas agressivas e dominadoras como instrumento de controle social. Contudo, a agressividade, como anteriormente mencionado, constitui também um dos principais pontos restritos pelo meio grupal: há contenção no uso dos semelhantes como objetos de humilhação, tortura e apoderamento/manipulação.

Entretanto, a tendência ao estabelecimento de laços sociais de dominação, submissão e até mesmo escravidão não é erradicada, mas sim enquadrada. Há perda de gozo pulsional na medida em que se renuncia utilizar o outro fatalmente como objeto. É nesse sentido que Freud (1930) aponta o ato de governar e, conseqüentemente ser governado, como uma das maiores causas de sofrimento civilizatório: o estímulo pulsional é comedido de maneira a permitir o relacionamento entre as pessoas e a continuidade da vida em grupo. Lacan (1969-1970/1992), ao realizar um retorno às obras freudianas, denomina o ato de governar – e as outras formas de relacionamento entre pessoas (educar, psicanalisar e fazer desejar) descritas por Freud – de discursos do laço social.

O sujeito – denotado por Lacan pelo símbolo $\$$, apontando a barreira em relação à satisfação – na tentativa de acesso a algum gozo, procura em diferentes épocas maneiras de lidar com a renúncia pulsional. Isso acontece por meio de atos dirigidos a um outro, inserindo-o em uma modalidade de discurso. Lacan (1969-1970/1992) delimita as possibilidades de laços sociais passíveis de existência: aquele em que o poder é dominante (Discurso do Mestre), promovendo relações de ser governado e governar; aquele em que o saber prevalece (Discurso Universitário), viabilizando relações de educar e ser educado; aquele em que o sujeito que interroga domina (Discurso da Histórica), alavancando a produção de um saber; e aquele que permite com que o sujeito trabalhe sua falta e possa saber de si mesmo (Discurso do Analista), laço criado por Freud.

O Discurso do Mestre (DM), um dos laços sociais apresentados anteriormente, evidencia a presença de relações com os aspectos de domínio e submissão. Em tal discurso, o poder ocupa o foco e interesse – estar e permanecer no poder – das relações entre mestre e senhor. Dar-se-á destaque majoritário no decorrer das discussões, por motivos relacionados à temática proposta, ao DM e seus desdobramentos.

Há, no DM, quatro elementos articulados: $S1$ (significante mestre encarnado pela forma de comando/poder), $S2$ (significantes articulados em um saber), a (gozo perdido e fracassado) e $\$$ (sujeito dividido). Esses elementos ocupam quatro lugares definidos, respectivamente: agente (aquele que determina os outros elementos), outro (a quem o discurso é dirigido), verdade (motor inconsciente) e produção (resultado da relação estabelecida entre o agente e o outro do discurso). O mestre, ao ocupar a posição de agente, interdita o desejo do sujeito e instaura a lei; que pode ser chamada de $S1$ no discurso em pauta e pode ser avocada como dominante.

O Discurso do Mestre.



Fonte: Lacan (1969-1970/1992) - adaptado.

Ao observar a estrutura do DM, infere-se, com base em Quinet (2006), que o mestre (S1) comanda e domina o escravo (S2) para que este produza objetos com os quais possa gozar. Em tal lógica, seria o escravo o detentor do saber para a produção dos objetos. Logo, Lacan (1969-1970/1992) evidencia uma impossibilidade entre o mestre e o saber: é impossível governar o que não se domina e fazer com que o mundo projetado funcione. Nota-se também que o sujeito (\$) – presente no lugar da verdade – desempenha papel divergente do ato de governar, uma vez que este não pode vir a demonstrar nenhuma fraqueza, escondendo o fato de que há um sujeito dividido.

Lacan (1969-1970/1992) chama a atenção para o fato de que o saber seria uma forma de gozar, pois o subordinado (S2) possui uma liberdade que o mestre (S1) não tem. Por este meio, ele não necessita gastar seu tempo ao se preocupar com táticas de mercado ou com variadas responsabilidades, necessitando somente obedecer e realizar as atividades comandadas pelo agente. Enquanto isso, o mestre precisará dedicar boa parte do seu tempo para que consiga esconder o sujeito dividido que o sustenta, o que não se trata de uma tarefa fácil, pois o inconsciente – e, portanto, o \$ – insiste em se inscrever.

No DM, o poder é dominante e viabiliza as relações de governar e ser governado. Nessa modalidade de discurso, o escravo, enquanto no lugar do S2, irá ocupar o campo do saber. Segundo Lacan (1969-1970/1992, p. 21), “um verdadeiro senhor não deseja saber absolutamente nada - ele deseja que as coisas andem”. Quanto à produção do DM, o objeto *a*, mais-de-gozar, Lacan (1969-1970/1992, p. 42) afirma que “[...] é identificável precisamente ao que um pensamento laborioso, o de Marx, fez surgir, a saber, o que estava em jogo, simbólica e realmente, na função da mais-valia”. Mais-valia aparece como aquilo que o trabalhador deve renunciar, aquilo que ele não teria acesso.

Outra forma de se estabelecer laço social – de certo modo divergente, mas, com funcionamento semelhante ao DM – pode ser encontrado no Discurso Universitário (DU). Lacan (1969-1970/1992), sobre isso, salienta que no DU o saber, como causa, encobre o poder: a causa é o saber, mas a verdade é o poder. Logo, o DU configura uma forma nova, sutil e elaborada de ser mestre: baseado nos conhecimentos científicos ou ainda naqueles relacionados à história (‘verificados’), o professor – ou aquele que ocupar o lugar de agente do discurso – pode provocar exploração daquele que nada sabe – que ocupa o lugar de outro do discurso. Muitas relações humanas, presentes inclusive nos atos de governo e de política, utilizam o DU como embasamento para estabelecer formas de mestria.

Por mais que um discurso político se baseie na fraternidade para com os semelhantes, o passar dos anos evidencia que é preciso considerar a agressividade e a autodestruição como duas das paixões pulsionais mais fortes no ser humano e no ato de governar. De tal modo, são impossíveis de serem extintas e também, por tal aspecto, capazes de exterminar a vida em sociedade. As civilizações historicamente se deparam com tal dificuldade e emitem esforços contínuos para o estabelecimento de limites, entendendo os impulsos agressivos como elementos que devam ser controlados, escondidos, para que não destruam o funcionamento social. Contudo, essas tentativas de contenção – apesar de importantes – estão fadadas ao fracasso, visto que os impulsos encontram modos de atuação e distorcida satisfação. Mas de que modo?

Agressividade e violência na civilização

A pulsão, um dos conceitos fundamentais da psicanálise, representa e simboliza os efeitos ocasionados pela falta de um objeto natural de satisfação às estimulações provindas do corpo. Advindas não do mundo externo, mas do interior do próprio organismo, as pulsões possuem, de acordo com Freud (1915), força constante e irremovível – pelo menos até que se atinja satisfação por meio de alterações específicas na fonte interna emissora de estímulos. Essa *meta* pulsional, a satisfação, exige um *objeto* – o elemento mais variável da pulsão – para consumação. Reside, nesse ponto, a problemática do assunto: carece-se de um objeto que possa fazer com que o estímulo pulsional atinja plenamente sua meta, visto que a satisfação é somente parcial e, assim, insuficiente para anular a falta estrutural.

Tal carência de objeto da pulsão evidencia o desamparo fundamental do ser humano: não há uma experiência instintual que lhe permita posicionar-se no mundo sem

o saber advindo do Outro; o que há, é pulsão. Conforme Quinet (2012), a categoria de Outro – com inicial maiúscula para diferenciação do pequeno outro, semelhante, a ser tratado mais adiante – designa um lugar simbólico, dos significantes e das marcas simbólicas e materiais que determinam o sujeito. É no campo do Outro (dos saberes/significantes) que o sujeito tenta se situar durante toda a vida. Trata-se de uma ação contínua, pois nada o representa e determina completamente.

A partir disso, concebe-se que uma das leituras possíveis sobre fenômenos sociais agressivos e violentos, diretos ou indiretos, revela que os mesmos ocorrem a partir do processo de recalque⁴ das pulsões (agressivas e sexuais) e seu consecutivo retorno. Tal fenômeno estaria ligado ao fato de as referidas pulsões serem consideradas aversivas: perigos contra os quais são necessárias as maiores e mais severas formas de defesa. Essa é, como evidenciado na seção anterior, a base da sociedade – o combate aos anseios e às pulsações que correm na contramão da vida grupal. De tal forma, a sociedade não é produzida por um tratado de paz, boas maneiras e ética: ela se estabelece a partir do recalque e, portanto, da renúncia pulsional.

Eventos em que esses fenômenos hostis se fazem presentes são tratados pela sociedade como situações de extrema barbárie, pois possuem aspecto e semblante demoníaco: há difusão de horror no contato com a pulsão livre e sem rédeas. Tal aversão é semelhante à destacada por Freud (1913) em relação ao horror sentido pelos povos selvagens a qualquer ato incestuoso, inclusive os cometidos por animais domésticos. Na sociedade contemporânea, a aversão ao não barramento da pulsão é percebida pelo afastamento social dos “incontroláveis”. O sistema penitenciário desponta aqui como o maior exemplo da exclusão social: prende-se e retira-se do meio relacional os violadores. Não obstante, afastamentos implícitos (dificuldade de adaptação social do egresso prisional, marginalização de camadas sociais etc.) também são empregados. Os animais, do mesmo modo, são alvos da punição: aqueles que cometem atos agressivos contra humanos são sacrificados.

Com base nisso, percebe-se que pulsões agressivas e de dominação, entre outras, encontram meios de satisfação no âmbito social – mesmo que de maneira distorcida –

⁴ De acordo com Chemama (1995), o processo de recalque referencia o afastamento das pulsões à consciência. Existem momentos lógicos ao recalque: o recalque originário, que caracteriza as primeiras representações e, conseqüentemente, os traços mnêmicos registrados da primeira tentativa de representar a pulsão na mente; o recalque propriamente dito, que engloba as representações que apresentam ligação associativa com a representação recalçada previamente; e o retorno do recalcado, que evidencia o regresso do conteúdo recalcado por vias distorcidas e diferenciadas.

como uma forma de sintoma civilizatório. De tal maneira, o gozo pulsional se enquadra nos meios organizadores da civilização, expressando-se nos caminhos apresentados pelos mestres da ordem civilizatória. Esses modos e caminhos de gozar são delimitados, dentro dos parâmetros legislativos, com base nos recursos – de poder, influência e autoridade – utilizados pelos governantes no exercício da política. Logo, a hostilidade, a agressão, a crueldade e o ódio encontram possibilidade legal de dirigir-se ao outro. Esse outro é, consoante a Quinet (2012), um parceiro imaginário e, portanto, um rival do *eu* – ao contrário do Outro, aquele que por ser anterior e exterior ao sujeito, o determina.

O ser humano constrói seu *eu* por meio de contínuas identificações com imagens de outros (pais, irmãos, colegas, por exemplo). Tal processo faz com que se crie uma identificação imaginária, fonte tanto de amor quanto de agressividade. Lacan (1948/1998, 1966/1998) aponta, nesse sentido, a agressividade como consequência da identificação, pois a discrepância percebida entre a fragmentação corporal e a unidade do reflexo no Estádio do Espelho – momento de assunção do *eu* – é vivida como uma rivalidade. Ao identificar-se com essa outra imagem, torna-se necessário tomar o seu lugar, suprimi-la. Daí a agressividade originária humana que, de certo modo, diverge da pulsão agressiva, a ser tratada mais adiante. Ao dirigir-se ao outro, a intenção agressiva – delimitada pelos parâmetros do mestre – pode se manifestar por meio de insultos, intolerância e inimizades, por exemplo.

Nesse ponto, pode-se considerar a emissão de atos hostis⁵ contra outros como baseadas sumariamente em dois aspectos: o primeiro relacionado à tendência de rivalidade e aniquilação entre o eu e o outro; e o segundo conexo à existência de diferenças entre os sujeitos, bem como, de forma ampla, entre camadas sociais. Este segundo aspecto ganha força quando amparado por atos normativos governamentais que destaquem a diferença ou, por outro lado, não garantam equidade com base na diferença. Em termos práticos, a população feminina, negra, LGBT, indígena, pobre etc., comumente torna-se foco de atos com tendência agressiva pela camada social majoritária – e o inverso também ocorre. Quando não evidenciado por meio de atos violentos explícitos, pode-se perceber tal tendência através de palavras hostis, chistes, olhares reprovadores e exclusão de esferas grupais.

⁵ Considera-se como ato hostil as ações com natureza rude, contrária ou grosseira.

De tal forma, as considerações sobre a identificação com o outro, como um *eu ideal*, são essenciais para a delimitação da agressividade no ser humano. Isso, porque despontam como facilitadoras do processo de recalque e, conseqüentemente, da civilização. Contudo, a existência de atos de crueldade direcionados ao outro ou a si mesmo – violência física e sexual, por exemplo – evidenciam uma falha na compaixão social e, além do mais, endereçam a um dos conceitos fundamentais para tal discussão: a pulsão de morte. Esse conceito foi introduzido por Freud (1920) em *Além do princípio do prazer* à segunda dualidade pulsional – entre *Eros* (pulsão de vida, orientada à preservação da existência por meio de novos investimentos) e *Tanatos* (pulsão de morte, voltada ao retorno a estágios inorgânicos).

Para Freud (1920), a pulsão de morte tende a levar o organismo a um estado inorgânico de não vida, o qual, conceitualmente, equivale à morte. Faz-se presente a intenção de retorno a estados primitivos do desenvolvimento em que não havia qualquer forma de organização ou estimulação. Pulsão de vida e morte, contudo, raramente se encontram isoladas, sendo mais comum estarem mescladas em graus e proporções variadas. Nos escritos de Freud (1930), a própria pulsão de morte pode ser colocada a favor de *Eros*. Em tais situações, ela é desviada em direção ao mundo externo e apresentada por intermédio da agressividade e da destrutividade. Logo, em vez de destruir o próprio *eu*, destrói-se alguma outra coisa, inanimada ou animada. Contudo, restrições à agressividade dirigida ao mundo exterior ocasionariam aumento da autodestruição.

Diante do exposto, considera-se que a violência e a agressividade estão intimamente correlacionadas a renúncias pulsionais por parte do sujeito. De tal forma, por não poderem atuar de maneira natural, encontram caminhos deixados pela civilização para se fazer presentes. Aliadas aos atos de governar, podem atingir satisfação – de forma camuflada ou até mesmo distorcida, por meio dos sintomas civilizatórios.

Considerações finais

O desdobramento da civilização, tal como se apresenta hoje, faz parte de uma complexa rede de laços que se estabeleceu ao longo do tempo. Nesse encadeamento, a psicanálise, como uma práxis, possibilita análise, discussão e vislumbre das motivações inconscientes de situações e fenômenos sociais que marcam a vida do homem em civilização. É verdade que a psicanálise valoriza o *um a um* em sua escuta, mas ao se lançar à tentativa de compreender o sujeito, não se logra de adentrar nas relações que

estes estabelecem no círculo social. Este artigo, à vista disso, lançou-se a uma leitura dos modos de estabelecimento de laços sociais nos atos de governar, adentrando nos modos específicos de aparelhamento de gozo e de vazão da pulsão.

Considerando as exposições apresentadas ao longo do estudo, nota-se que, indo ao encontro do que Freud postulou em 1937 em *Análise terminável e interminável*, o ato de governar configura-se como um ofício impossível. Isso, porque esse ato não é passível de atingir seu objetivo sumário: contentar a todos os governados, deixando-os em perfeita harmonia e eliminando todos os problemas/mazelas sociais. Nesse sentido, considera-se que, independente da forma de governo e da modalidade de estabelecimento de laço social, governar implicará inevitavelmente em descontentamento populacional. Pode-se notar tal desagrado por meio de avaliações negativas da gestão estatal, protestos artísticos, greves, reivindicações, entre outros. Manifestações favoráveis ao exercício do governo podem ser percebidas também por meio dos mesmos fenômenos.

Apesar de se alterar as posições dos elementos conforme a variação do discurso – DM e DU –, é possível encontrar, baseando-se no exposto até aqui, algumas semelhanças entre os mesmos. Primeiramente, acredita-se não ser possível separar formas de governo conforme as categorias de *bem* e *mal*: todos os grupos políticos rivalizam e acreditam que a solução para os problemas do país se daria com a exclusão do grupo opositor. Isso prova que a agressividade e a pulsão de morte circulam em ambos os posicionamentos, alterando-se somente os modos e os alvos a quem ela se manifesta. Ainda assim, esses conflitos demonstram a constante luta entre a pulsão de vida e a pulsão de morte na evolução da vida em sociedade, transformando-se no vetor para o avanço, a criação, o aprimoramento e possíveis mudanças.

Para cada ato que se direcione a uma alteração do *status quo*, seja ele individual ou coletivo, haverá uma força contrária: a resistência. De tal modo, para aqueles que se comprometam com a mudança, deverão estar advertidos da existência de posições e forças contrárias a ela. Discursos carregados de intolerância, agressividade e com cunho conservador, nessa perspectiva, podem surgir como forma de assujeitamento às “normas” de funcionamento social manifestas. Esses funcionam ora a favor de *Eros*, ora de *Tanatos* – se não juntos. As pulsões, sejam elas de vida ou de morte, não podem ser inteiramente domadas, e é nesse sentido que o sujeito busca a satisfação em meio aos limites da renúncia pulsional, necessária para a constituição da civilização.

De tal modo, as pulsões podem encontrar escopo em atividades psíquicas substitutivas – artísticas, científicas, religiosas, ideológicas. Assim, em circunstâncias em que a palavra venha a ser suprimida e/ou contida, um dos destinos possíveis à censura serão as chamadas satisfações substitutivas, tais como aquelas que são oferecidas pela arte e outros derivados da sublimação e que conseqüentemente levam a uma maior proliferação cultural. Portanto, com o auxílio da *sublimação* das pulsões, a criatividade é invocada na tentativa de driblar a frustração ao deparar-se com o mundo externo⁶.

As evidenciações destacadas até aqui, portanto, permitem a percepção do funcionamento civilizatório: o mal-estar descrito por Freud, o qual Lacan inclui em suas formas de estabelecimento de laço social através de discursos, origina-se da miscigenação de pulsão de morte e pulsão de vida. As manifestações sociais se enquadram como expressões desta última, pois possuem o intuito de desenvolver e melhorar a vida em civilização. Contudo, vêm mescladas pela pulsão de morte – e agressividade, rivalidade. Através da junção das duas, surgem possibilidades de a sociedade como um todo avançar. Nesse sentido, a impossibilidade do governar faz parte de sua própria estrutura: um ciclo de relações entre *Eros* e *Tanatos* que não permite uma plena completude, mas um constante deslizar – tal como a pulsão em si.

Referências

- CHEMAMA, R. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Larousse, 1995.
- FREUD, S (1920). **Além do princípio de prazer**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 18.
- FREUD, S. (1937). **Análise terminável e interminável**. Ibidem, v. 23.
- FREUD, S. (1923). **O ego e o id**. Ibidem, v. 19.
- FREUD, S. (1930). **O mal-estar na civilização**. Ibidem, v. 22.
- FREUD, S. (1915). **Os instintos e suas vicissitudes**. Ibidem, v. 14.
- FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do eu**. Ibidem, v. 18.

⁶ A sublimação é apontada por Freud (1915) como um dos destinos possíveis à pulsão, referenciando a capacidade de trocar o alvo sexual originário por outro. De tal forma, relacionado à temática, as produções culturais e artísticas evidenciam uma tentativa de se dizer o indizível, aquilo que estaria sob efeitos de repressão. Não será dado maior destaque ao tema por não constituir o foco do estudo.

FREUD, S. (1913). **Totem e tabu**. Ibidem, v. 13.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise (1948). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1966). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. **O Seminário, 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, versão brasileira de Betty Milan. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

QUINET, A. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ABSTRACT

The present study makes a review of the act of govern by the psychoanalysis perspective. For so, it uses a literature review of Sigmund Freud's and Jacques Lacan's work. As the psychoanalysis is a praxis, it leads to an interpretation of the ambivalence of the civilization development: on one side, the man's disposition to aggressiveness, and on the other side, the feeling of belonging to a group and the drives' repression leading to the elaboration of the social bond. Through that, it was possible to analyze the ways of operation and the ideological basis of the act of govern, as well as to discuss the civilization development based on the relationship between the *agent* and the *other* of social bond.

Keywords: To govern. Drive. Social. Psychoanalysis.

RESUMEN

El presente estudio realiza un análisis del acto de gobernar en la perspectiva psicoanalítica. Para eso, realiza una revisión bibliográfica de obras de Sigmund Freud y Jacques Lacan. El psicoanálisis, siendo una praxis, permite una interpretación de las ambivalencias del desarrollo civilizatorio: por un lado, la disposición del hombre a la agresividad y, por otro, el sentimiento de pertenencia a grupos y la represión de las pulsiones de elaboración de lazos sociales. A través de esto, fue posible analizar los

modos de operação y la base ideológica del gobierno, así como discutir el desarrollo civilizatorio a partir de las relaciones entre el *agente* y el *otro* del lazo social.

Palabras clave: Governar. Pulsión. Social. Psicoanálisis.

RÉSUMÉ

La présente étude analyse l'acte de gouverner dans une perspective psychanalytique. Pour cela, il utilise une revue bibliographique des travaux de Sigmund Freud et Jacques Lacan. La psychanalyse, étant une praxis, permet d'interpréter les ambivalences du développement civilisationnel: d'une part, la disposition de l'homme à l'agressivité et, d'autre part, le sentiment d'appartenance à des groupes et la répression des pulsions pour l'élaboration de liens sociaux. Grâce à cela, il a été possible d'analyser les modes de fonctionnement et la base idéologique du gouvernement, ainsi que de discuter du développement civilisationnel basé sur les relations entre l'agent et l'autre du lien social.

Mots clés: Gouverner. Impulsion. Social. Psychanalyse.

GEOVANE DOS SANTOS DA ROCHA

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.
Pós-graduado em Psicanálise Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.

Mestrando em Educação pela UNIOESTE.

geovanesdarocha@outlook.com

Orcid: 0000-0002-4706-3426

NICOLE PINHO GHIDINI

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.
Pós-graduada em Psicanálise Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.

nicoleghidini@hotmail.com

Orcid: 0000-0003-2449-1089

PAULA KARINE DE LIMA

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.
Pós-graduada em Psicanálise Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR.

paula-karine@live.com

Orcid: 0000-0002-3208-8874

MICHAELLA CARLA LAURINDO

Graduada em Psicologia.

Especialista em Psicanálise pela Universidade de Marília.

Mestre em Filosofia pela PUC-PR.

Docente e coordenadora do Núcleo de Prática em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (Campus Toledo).

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (Campus Toledo).

michaella.laurindo@pucpr.br

Orcid: 0000-0002-2299-3424

Citação:

ROCHA, Geovane dos Santos da, et al. Governar: uma leitura psicanalítica. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, ago. 2022.

Submetido: 24.04.2021 / Aceito: 26.07.2022

COPYRIGHT

Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio para propósitos não-comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial purposes provided the original authors and sources are credited.

